

Presidente do TJRJ destaca a importância do empresariado no desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro

No seminário “Desafios do Judiciário Fluminense”, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto de Castro, destacou o investimento que o Judiciário fluminense tem realizado em tecnologia, com o objetivo de dar celeridade aos processos, e o compromisso de ter um quadro de magistrados e servidores de excelência na prestação da atividade jurisdicional.

No evento, realizado na última quinta-feira (13), o desembargador foi homenageado com um diploma e a Medalha de Mérito Mauá, a comenda que simboliza os 216 anos da ACRJ. Os símbolos foram entregues pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e pelo vice, Eduardo Cavaliere. Foram também homenageados com o diploma e a medalha o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, que exerceu a presidência do TJ no biênio 2021/2022, e a desembargadora Denise Nicoll Simões, presidente em exercício da Mútua dos Magistrados do Rio de Janeiro.

Recepcionados pelo presidente da entidade comercial, Josier Marques Vilar, os magistrados comentaram a importância do Judiciário na mediação e no julgamento das demandas da área empresarial. Segundo o presidente do TJ, a importância econômica representada pelo empresariado garante o bem e a segurança da sociedade.

A tranquilidade nas eleições, que ocorreram no ano passado, foi o tema abordado pelo desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira. Para ele, foram fundamentais para a realização de um pleito isento de agitação tomar medidas como dar segurança ao eleitor, com o remanejamento de zonas eleitorais encravadas em áreas dominadas pelo crime organizado, e exercer rigor para vetar candidatos sem ficha limpa.

O aumento das ações na justiça por segurados de planos de saúde foi comentado pela desembargadora Denise Nicoll Simões. De acordo com a magistrada, o Judiciário tem demonstrado sensibilidade com o lado humano da questão e, também, com a eficiência das operadoras dos planos de saúde. Para a desembargadora, é fundamental contar com a cooperação dos órgãos técnicos na análise das demandas.

O evento reuniu políticos e empresários de diversas áreas econômicas do Rio. O presidente da ACRJ defendeu o retorno do estado, especialmente do Município do Rio de Janeiro, no protagonismo econômico do país. Lembrou a parceria firmada entre o Rio de Janeiro e Niterói para sediarem os próximos Jogos Pan-Americanos de 2031.

Estiveram presentes o desembargador Elton Leme, a vice-prefeita de Niterói, Isabel Swan, autoridades municipais e empresários.



Fotos Rosane Naylor

O presidente da ACRJ, Josier Vilar; o prefeito do Rio, Eduardo Paes; o presidente do TJRJ, Ricardo Couto; e o vice-prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere



Os desembargadores Elton Leme (e) e Henrique Figueira (d), presidente do TRE-RJ, com Tatiana Binato



Durante o almoço, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (d) em conversa com o presidente da ACRJ, Josier Vilar (e) e o presidente da Fecomércio RJ, Antônio Florêncio



O anfitrião Josier Vilar; o desembargador Henrique Figueira; o presidente da Fecomércio RJ, Antônio Florêncio; e Mário Moreira, presidente da Fiocruz



A desembargadora Denise Nicoll, Inês Figueira, Marta Arakaki e Engi Vilar



Os presidentes do TRE-RJ e do TJRJ, des. Henrique Figueira (e) e Ricardo Couto (d), com o secretário municipal de saúde Daniel Soranz



Os desembargadores Henrique Figueira, Ricardo Couto e Denise Nicoll com o presidente da ACRJ, Josier Marques Vilar



O prefeito Eduardo Paes e o presidente do TJRJ Ricardo Couto



O vice-prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere (e), em conversa com o desembargador Elton Leme (d)



Josier Vilar, a desembargadora Denise Nicoll e o empresário Alexandre Accioly (d)

PINGA-FOGO

■ PEDIDO NEGADO - Uma decisão da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI) negou os pedidos de tirar do Brasil a disputa arbitral que trava contra a brasileira J&F Investimentos pela Eldorado Brasil Celulose. Em janeiro, a empresa estrangeira havia solicitado à Corte que uma nova arbitragem fosse iniciada em Paris ou em outra sede no exterior, alegando que precisava de uma “jurisdição neutra”.

■ O contrato em disputa, no entanto, definia a CCI São Paulo como foro para a resolução de controvérsias. Com a decisão da Corte, portanto, qualquer processo envolvendo o contrato de compra e venda da Eldorado segue sendo decidido no Brasil. Com isso, o novo procedimento arbitral terá que ser iniciado em São Paulo, caso a Paper Excellence decida ir adiante com uma nova arbitragem na mesma sede onde já correm outras três sobre a mesma disputa.

■ A decisão da CCI é uma derrota na estratégia da Paper Excellence de tirar o caso Eldorado do Brasil, após somar ao menos 20 derrotas em processos judiciais e administrativos no país só no ano passado. A Justiça, o MPF, a AGU e o Incra têm entendido que a Paper não pode assumir a Eldorado, porque não obteve as autorizações prévias exigidas na lei para a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros. O MPF move uma ação civil pública em que pede que o contrato de venda da Eldorado seja considerado nulo por esse motivo.

■ Em sua petição à Corte em Paris, a Paper Excellence alegava que essas decisões são fruto de assédio judicial da J&F que impedem o cumprimento de uma sentença arbitral de 2021, que ordenou que a brasileira transferisse 100% das ações da Eldorado para a estrangeira.

■ SEGURANÇA EM PAUTA - A segurança pública de Volta Redonda entrou na pauta da CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas) nesta segunda-feira (17). O presidente da entidade Giovane Freitas Ferreiras, acompanhado do vice-presidente José Luiz Vidigal Fagundes da Costa e o diretor-jurídico Yhel Esteves, teve duas reuniões sobre o tema. A primeira foi com o comandante do 28º Batalhão da Polícia Militar, Moisés Pinheiro Sandemberg. A CDL tem ajudado na manutenção dos veículos do Batalhão e o comandante disse que a parceria está surtindo efeito. Em dez meses, foi feito o conserto de dez viaturas.

■ CENTRO INTEGRADO - O segundo encontro, na parte da tarde, foi com o secretário municipal de Ordem Pública, Luiz Henrique Monteiro Barbosa, acompanhado do subsecretário, Amauri Pego. O secretário destacou o incentivo da CDL às empresas a estarem com as câmeras de monitoramento externas dos estabelecimentos conectadas ao Centro Integrado de Operações em Segurança Pública. Também estiveram nas reuniões, a gerente-executiva da CDL-VR, Lisandra Storck; e chefe de Relações Públicas do 28º Batalhão, subtenente Giovane Amâncio.

Fernando Molica

Projeto de guarda armada amarra tropa ao prefeito

Ao não prever concurso público para seleção de guardas municipais que usarão armas, o projeto do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), permite que ele e seus sucessores possam escolher os integrantes da tropa de elite da cidade e, assim, desfrutarem de uma tropa personalizada.

Caso a proposta de criação da Força de Segurança Armada (FSA) vingue, prefeitos cariocas terão o direito de definirem critérios para determinar quem vai integrar o grupo. Homens e mulheres, que não terão estabilidade no emprego, serão escolhidos por processo seletivo e terão contratos temporários de um ano, prorrogáveis por até mais cinco anos.

É razoável prever que, para tentar garantir a renovação de seus contratos, essas pessoas terão muito cuidado para não

contrariar o prefeito e seus auxiliares. A autonomia deles será nula.

Isso, numa cidade que tem boa parte de seu território dominado por milícias, nascidas da costela do Estado. A influência política nas polícias Civil e Militar é um dos grandes males do Rio de Janeiro — titulares de delegacias e comandantes de batalhões são, historicamente, indicados por deputados. Policiais, pelo menos, têm garantia de emprego. Agora, o prefeito quer institucionalizar o desvio.

Hoje, os cargos de chefia nas polícias estaduais são exercidos por servidores que passaram em concursos, são sujeitos às normas do serviço público. Já a força da FSA será comandada por um diretor-chefe, “de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo”. A tropa de elite carioca não pode ter o mesmo destino de departamentos e instala-

ções da prefeitura que viraram moeda de troca no universo político.

A nova versão do projeto prevê que atuais guardas municipais (funcionários públicos estatutários) possam passar por processo seletivo para integrarem a FSA, mas não garante o “direito subjetivo” à manutenção dos escolhidos. A permanência deles vai depender do “atendimento de critérios a serem estipulados em Decreto regulamentador”. Quem não se enquadrar perderá a gratificação reservada ao grupo armado, de R\$ 10.283,48, mais do dobro dos salários dos atuais guardas.

O projeto não define critérios de seleção para a FSA, diz apenas que poderá ser firmado convênio com órgãos militares ou civis “nos moldes do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva — CPOR” (do Exército), com o objetivo de “disci-

plinar a realização do processo seletivo”. Paes já havia defendido a contratação de militares da reserva das forças armadas, o que contraria o direito de cada cidadão de disputar empregos públicos.

A situação é tão absurda que, diferentemente da primeira versão do projeto, a tropa de elite não será autônoma, mas integrada à estrutura da Guarda Municipal, formada por servidores e que seria rebatizada de Força de Segurança Municipal. A futura FSM-RIO teria assim funcionários públicos (ganhando cerca de R\$ 4 mil) e temporários (salário de R\$ 13.033).

O projeto autoriza o prefeito a “definir atribuições suplementares da FSA, em regulamento próprio, que não conflitem com o disposto nesta Lei Complementar”. Ou seja, o chefe do executivo poderá usar essas pessoas armadas em

defesa de interesses que ele escolherá.

Como disse ao Correio Bastidores o professor de Direito da Uerj Cássio Casagrande, o projeto contraria a Constituição, que só permite ao poder público fazer contratações provisórias em caráter emergencial. Procurador do Ministério Público do Trabalho, ressaltou que a manutenção da segurança pública é uma típica função de Estado.

A sociedade carioca é que será a dona das armas, tem o direito de escolher e controlar quem vai usá-las. E não custa lembrar o exemplo da Guarda Pessoal de Getúlio Vargas, de onde saíram os responsáveis pelo assassinato do major Rubens Vaz, tragédia que culminaria com o suicídio do presidente. Extinto logo depois do crime, o grupo tinha 83 integrantes; o contingente de Paes deverá chegar a 4.500.